

1. Introdução

“Time and history are not added dimensions to the research process (...). Time is part of the constitution of social action; it is only to the degree that we can grasp its temporal development that we can understand what it means to describe an event as an arms-race, a nuclear threat, or a personal bereavement.”

Bill McSweeney

O fim da Guerra Fria marca o início do debate interparadigmático em Relações Internacionais (racionalistas x reflexivistas), que passa a abranger questões como ontologia, epistemologia e temporalidade, temáticas recorrentes no pensamento de Hegel. Com efeito, grande parte do esforço hegeliano estará dedicada a superar esta separação, procurando integrar empiria e subjetividade, através de uma ontologia da historicidade. Por conseguinte, o resgate da filosofia hegeliana me parece oportuno neste momento, pois remete necessariamente a uma ontologia e uma metodologia centradas essencialmente na questão temporal.

De certo modo, o debate atual entre reflexivistas e racionalistas nas Relações Internacionais está posto desde o início do século XIX, entre Romantismo e Iluminismo. É nesse sentido que Kratochwil afirma que:

“Many of the contemporary controversies surrounding the constructivist approach have historical roots in nineteenth century debates concerning the epistemology of the Kulturwissenschaften as opposed to the natural sciences.” (Kratochwil, 2001:16).

O retorno à filosofia hegeliana permite também pensar o problema da historicidade das teorias de Relações Internacionais vinculando, portanto, o debate entre reflexivistas e racionalistas ao debate acerca do ahistoricismo, que está subentendido no debate interparadigmático. Assim, a reflexão hegeliana assume forte centralidade em Relações Internacionais, uma vez que o debate da disciplina volta-se para a necessidade de incorporar a história às análises do sistema internacional, e a metodologia desenvolvida por Hegel é a primeira a incorporar a reflexão sobre a temporalidade como elemento central ao seu argumento.

Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo chamar a atenção para estes dois corpos teóricos, que estão em grande medida ausentes da reflexão sistemática em Relações Internacionais, e que são de vital importância para o desenvolvimento da disciplina dentro do campo das ciências sociais. São eles: a história e a filosofia hegeliana – não necessariamente “corpos teóricos” distintos, dada a importância da reflexão histórica para o desenvolvimento da obra filosófica de Hegel.

1.1

A tradição da epistemologia realista e seu conseqüente ahistoricismo.

A disciplina de Relações Internacionais é fundada a partir da obra célebre de E. H. Carr, *Vinte Anos de Crise* (1939). Diferentemente da tradição que se segue, em Carr não há um ahistoricismo gritante, muito menos a reificação da estrutura do sistema internacional, e isto sem necessariamente questionar o primado racionalista e positivo da ciência, aspecto que ele deixa bastante claro em outra obra sua, *O que é História?* (1978). Entretanto, a herança de Carr não é recuperada pelos autores do realismo, que tendem a se pautarem em um pressuposto de natureza humana:

‘O realismo político acredita que a política como, aliás, a sociedade em geral, é governada por leis objetivas que deitam suas raízes na natureza humana’. (Hans Morgenthau, 2003:04).

As concepções epistemológicas e teóricas do realismo clássico apresentam, no entanto, um grau de naturalização muito inferior àquele atingido pelo neo-realismo. De fato, ao definir o poder como um conceito eminentemente relacional e os interesses como definidos em termos de poder, Morgenthau relativiza o pressuposto de natureza humana inicialmente associado ao realismo (Walker, 1993). Assim, o que vigora no realismo clássico são análises de lutas pelo poder e não a questão da sobrevivência que perpassa todos os estudos neo-realistas, reificando agente e estrutura.

Tim Dunne (1998) argumenta que a herança da perspectiva historicista de Carr é retomada pela Escola Inglesa, por meio da noção de sociedade internacional. De fato, o projeto “inglês” está pautado no diagnóstico de Martin Wight (1966) acerca da superficialidade da teoria internacional, quando comparada com a teoria

política. Para Wight, a causa desta superficialidade pode ser encontrada, entre outras razões, na ausência de análises históricas do sistema internacional. É neste sentido que o projeto inglês reivindica a necessidade de refletir acerca da dimensão histórica das Relações Internacionais, o que é feito através do conceito de sociedade internacional.

No entanto, como será amplamente discutido no primeiro capítulo, a tradição inglesa mantém-se presa à epistemologia jusnaturalista, que concebe a realidade social como pautada por leis gerais de natureza humana. É neste sentido que Hedley Bull sustenta uma ontologia da ordem que se sobrepõe à idéia de justiça no sistema internacional.

Completamente inserido em uma tradição positivista de ciência, o neo-realismo que surge na década de 80, após o debate entre cientificistas e tradicionalistas, está fundamentado na tentativa de conceber uma teoria de Relações Internacionais que defende a completa e neutra compreensão da realidade. Fundamentalmente, passa-se a adotar uma perspectiva behaviorista para a disciplina, cujo foco teórico passa a ser o comportamento dos Estados em ambiente anárquico. No neo-realismo o primado positivista behaviorista é levado ao extremo, ao conceber uma teoria em que os agentes são considerados do ponto de vista de sua semelhança (“*like units*”), e a estrutura opera como delimitadora (“*constraining*”) e ordenadora (“*disposing force*”) da ação destes mesmos agentes.

A ontologia utilizada por Kenneth Waltz (1983), principal expoente do neo-realismo, está pautada por uma inspiração microeconômica, onde os atores são concebidos como agentes racionais e egoístas, maximizando a oportunidade. Ademais, Waltz concebe uma teoria de política internacional que não incorpora a dinâmica da realidade interna dos agentes. Isto porque reivindica a prerrogativa de uma análise estrutural do sistema internacional, que não recaia em reducionismo (Waltz, 1983:18).

Partindo de uma visão estática da anarquia internacional, Waltz defende que a estrutura pré-determina as escolhas do atores no sistema, homogeneizando suas configurações e funções no sistema internacional. Assim, pergunta Waltz: *‘If changes in international outcomes are linked directly to changes in actors, how can*

one account for similarities of outcome that persist or recur as actors vary?" (1983:65). Daí a grande ênfase que o modelo neo-realista dedica à continuidade da estrutura no sistema internacional. De fato, dado o fim da Guerra Fria, a tese da continuidade no sistema internacional sofre considerável abalo, posto que a bipolaridade foi superada, mesmo que a tese da anarquia ainda se mantenha.

Waltz (2000), no entanto, mantém a tese da continuidade e imutabilidade do sistema internacional. Desse modo, a única possibilidade de mudança no sistema internacional, de acordo com Waltz, está na distribuição de capacidades das unidades, o que não altera o caráter do sistema, posto que a anarquia atua no sentido de não diferenciar as unidades atuantes no sistema. A única mudança sistêmica concebida por Waltz é entre anarquia e hierarquia, resultante da distribuição destas capacidades. Mas como a estrutura anárquica molda os agentes, tal transformação torna-se praticamente inviável no modelo neo-realista. Ao final, a análise neo-realista se restringe ao comportamento dos agentes e, conseqüentemente, está pautada pela continuidade:

‘Structural change affects the behavior of states and the outcomes their interactions produce. It does not break the essential continuity of international politics. The transformation of international politics alone could do that.’ (Waltz, 2000:39).

1.2

A questão da mudança e seu impacto sobre o Realismo.

A volta da preocupação com o componente histórico e dinâmico das análises de Relações Internacionais insere-se no contexto do debate entre pós-positivismo/pós-estruturalismo e positivismo/racionalismo. É neste contexto de fim da Guerra Fria e de crítica à epistemologia positiva que o problema da mudança em Relações Internacionais emerge de forma contundente, dando vazão a uma onda de críticas ao neo-realismo e neoliberalismo.

O criticado ahistoricismo neo-realista advém da separação entre doméstico e internacional, entre unidade e sistema. Segundo crítica de Ruggie (1986), no sistema

de Waltz apenas duas alternativas permitem a mudança: uma mudança na configuração das capacidades e uma mudança na estrutura da anarquia em direção à hierarquia. De acordo com Ruggie (1986), falta em Waltz o elemento da densidade dinâmica presente na concepção estrutural de Durkheim, de onde Waltz retira inspiração. Essa ausência de dinâmica implica três conseqüências: a falta de uma reflexão sobre mudança; a transformação no modelo de Waltz de uma estrutura generativa para uma descritiva, e a passagem do mecanismo metodológico da diferenciação entre doméstico e internacional para uma esfera ontológica. Segundo Ruggie, qualquer mudança estrutural no sistema só pode ter origem na unidade. Descartar a unidade significa, então, enrijecer a estrutura e naturalizar o sistema.

As razões para tal naturalização e enrijecimento do realismo em sua vertente neo-realista localizam-se na diferenciação da tradição do realismo político entre Maquiavel e Hobbes (Walker 1993). Segundo Walker, o realismo tem origem em concepções de tempo e mudança, principalmente quando se considera a herança de Maquiavel, responsável pela inserção da política na esfera temporal, retirando-a do lócus da eternidade (e imutabilidade) medieval. Sua preocupação central em “*O Príncipe*” é instruir o soberano a lidar com os fatores contingentes da *fortuna*. Por isso, o bom soberano não é aquele que constrói fortalezas, mas sim o que, além disso, governa pelo consenso de seus cidadãos. A receita de Maquiavel para lidar com as intempéries da mudança está na *virtu*.

Contra esta ontologia de uma política temporal, Hobbes reconcilia a esfera do eterno com a esfera do político, baseado numa metafísica do ser, ou seja, em uma determinada concepção de natureza humana – ausente do pensamento de Maquiavel. A prerrogativa da sobrevivência sobre a *virtu* está expressa em *Relações Internacionais* na superação do realismo, originário de uma preocupação historicista, pelo neo-realismo ahistórico estruturalista de Waltz e outros.¹ É a ênfase no *status quo* em detrimento da possibilidade de mudança.

A alternativa construtivista, que surge com força a partir do impasse do neo-realismo em lidar com o problema da mudança na teoria de *Relações Internacionais*,

¹ Esta mesma diferenciação entre realismo e neo-realismo é feita por Cox (1986), ao comparar o realismo ao materialismo histórico e o neo-realismo ao marxismo estruturalista althusseriano.

não consegue, contudo, superar o problema da temporalidade. Principalmente na versão que assume através da obra de Alexander Wendt (1999), o construtivismo mantém o ahistoricismo neo-realista ao considerar aquilo que Wendt chama de *rump materialism* (1999:109), ou seja, que os Estados em última instância estão preocupados com sua sobrevivência. Neste sentido, Wendt interrompe a visão culturalista da realidade, ao evitar a noção de *ideas all the way down*. Daí a crítica enfática de Kratochwil (2000) de que a junção entre realismo científico e construtivismo é inconcebível, posto que o primeiro parte do pressuposto de que há uma realidade externa palpável, enquanto o segundo, devido à sua herança wittgensteiniana, não reconhece a precedência de um outro mundo fora do âmbito da linguagem.

A chamada “corrente radical” do construtivismo (Smith 1996), cujos expoentes são Nicholas Onuf e Friedrich Kratochwil, mantém a noção culturalista de “*ideas all the way down*”, através de uma leitura crítica da obra de Wendt. Mas, em geral, é possível argumentar que, embora se dediquem exaustivamente ao debate interparadigmático, poucos são os autores construtivistas “radicais” que efetivamente pensam a dimensão histórica da teoria internacional de forma sistemática. A exceção pode ser feita a Rodney B. Hall (1999), discípulo de Kratochwil, que procura estabelecer uma genealogia da identidade nacional na Europa moderna, mas recai na lógica da sobrevivência característica da tradição realista.

A conclusão a que se chega é que o deslocamento da ótica de análise da continuidade para a mudança na teoria das Relações Internacionais promove uma louvável flexibilização dos conceitos de agente e estrutura, retirando os elementos naturalistas e buscando a historicização das pesquisas. Não há consenso quanto ao modo de historicização, mas apenas quanto ao ponto central de que a apreensão do evento histórico é sempre intersubjetiva e, portanto, a pesquisa deve sempre procurar pela intersubjetividade dos agentes históricos, seja para refletir sobre os agentes que constituem a estrutura, seja sobre a estrutura que constitui os agentes.

Feitas as devidas ressalvas ao ahistoricismo do neo-realismo e do construtivismo, cabe agora observar as diferentes alternativas propostas para a incorporação da temporalidade às formulações teóricas em Relações Internacionais.

Seguindo as alternativas propostas pela coletânea organizada por Hobson & Hobden (2002), o leque estende-se do construtivismo ao realismo estrutural de Buzan, passando pela genealogia pós-moderna e pelo marxismo.

1.3

História e Relações Internacionais: as alternativas ao Realismo.

Ao negar o conceito estático de estrutura, o pós-estruturalismo permite novo dinamismo às Relações Internacionais ao incorporar em sua análise o conceito de mudança. Segundo Walker, falar em mudança é estar de acordo com determinadas categorias históricas e filosóficas (1993:106). Isso significa que pensar a mudança implica incorporar categorias temporais às análises de Relações Internacionais e não cair nas falácias do tempocentrismo e do cronofetichismo (Hobson & Hobden, 2002). Contra estes “perigos” estruturalistas volta-se o “*historical turn*” de Hobden. Pensar a mudança passa, portanto, pelo processo de historicização das Relações Internacionais, o que não significa apontar uma única alternativa ou um único modelo de análise. Historicizar, dentro da reivindicação pós-positivista, indica ir de encontro à epistemologia positivista sem, no entanto, negar necessariamente a realidade. Como diria Collingwood (1981), a tarefa do teórico é compreender os eventos de acordo com a percepção dos indivíduos nele envolvidos.

A coletânea organizada por Hobson & Hobden (2002) tem por objetivo recuperar a dimensão temporal para as análises de Relações Internacionais. De forma geral, argumenta-se nos mais díspares artigos da coletânea que o *historical turn* é, na verdade, um *return*, uma vez que já existia na Escola Inglesa uma proposta de reflexão das categorias históricas de análise. A Escola Inglesa sai totalmente ileso da análise da coletânea. Aliás, sai vitoriosa, posto que Hobden elege-a como a exceção à regra, o lócus por excelência da história dentro das Relações Internacionais. Entretanto, o mesmo Hobden, ao comentar o livro síntese das teses da Escola Inglesa, *The Anarchical Society*, reconhece que há aí pouco espaço para a história.

Para Hobson, tanto neo-realismo, quanto neoliberalismo – vertentes gêmeas e em constante aproximação, também de acordo com Smith (1996) – são “*historiophobic*” e incorrem em dois pecados que inviabilizam as respectivas teorias:

cronofetichismo, ou seja, a falsa convicção de que o presente só pode ser explicado pelo presente, e tempocentrismo, quando determinados elementos do presente são extrapolados para épocas passadas. Enquanto no primeiro caso incorre-se em três ilusões, a saber, reificação, naturalização e imutabilidade, no segundo caso tem-se isomorfia. Pode-se acrescentar à lista das tradições com fobia de história a vertente construtivista de Wendt. Assim, as principais tradições de pensamento em Relações Internacionais não conseguem responder ao problema da temporalidade e da mudança, que se origina da crítica pós-positivista articulada principalmente por Lapid e Kratochwil (1996).

Para além do realismo, construtivismo e liberalismo que, como vimos anteriormente, não lidam pacificamente com a noção de temporalidade, pode-se destacar ainda as vertentes da teoria crítica, do marxismo, do pós-modernismo e do realismo estrutural como tentativas de responder ao desafio da temporalidade.

A vertente da teoria crítica, fazendo uso de uma concepção em que pensar criticamente significa questionar a realidade e propor sua superação, fundamenta sua análise no materialismo histórico reconstruído de Habermas, onde a dimensão da comunicação assume lugar privilegiado dentro do processo de emancipação, fugindo desta forma da dialética negativa e pessimista da primeira geração de Frankfurt, notadamente de Adorno. A historicização aqui acontece através de uma fusão entre materialismo histórico clássico e a incorporação da esfera da linguagem, isto é, do materialismo histórico reconstruído de Habermas (Linklater 1990). Entretanto, a teoria crítica apresenta análises por demais voltadas para o cosmopolitismo e para o normativismo – a obra de Andrew Linklater é um exemplo – o que a desvia do projeto inicial de historicização da disciplina.

O materialismo histórico também é método utilizado pelo marxismo. Aqui cabe a crítica à teoria cíclica de Wallerstein, que concebe a história como regulada por leis gerais que determinam a ascensão e queda de potências – mesmo princípio lógico da teoria da estabilidade hegemônica de Gilpin (1983). Contrário ao marxismo estruturalista de Wallerstein está a opção gramsciana de Robert Cox, onde a função do *blocco storico* assume papel central na análise. A utilização do materialismo histórico tem como resultado em Cox a adoção de uma metodologia holística, ou seja,

o objetivo é abranger a totalidade da realidade (Cox 1986:206), através da análise dos fenômenos sociais. Neste ponto, Cox elabora dois conjuntos de conceitos que denomina de estrutura histórica e níveis de análise. Assim, temos de um lado a estrutura histórica caracterizada por: condições materiais, idéias e instituições, onde o conceito de hegemonia atua como mote, por vezes unindo estes elementos, por vezes afastando-os; e de outro, os níveis de análise: forças sociais vistas enquanto produto da relação de produção, tipos de Estados e ordens mundiais, onde se observa um nítido predomínio da produção sobre as demais esferas analíticas. Entretanto, a análise de Cox não deixa claro como associar estrutura histórica e os diferentes níveis de análise. Aqui, a noção hegeliana de reconhecimento pode ser um guia interessante.

A alternativa mais radical do pós-modernismo aponta a crítica das fundações da razão, defendendo uma concepção genealógica de historicização, onde a própria idéia de um conhecimento histórico é interpretada como função de poder (Smith 2002). De inspiração foucaultiana, cabe questionar aqui a historicidade e o não estruturalismo da genealogia. De acordo com Honneth e Joas (1989), Foucault generaliza para todos os períodos da história as relações de poder e as estratégias de dominação. Isso me parece posição por demais próxima à naturalização da noção de poder como entendida no século XX sendo, portanto, próxima ao tempocentrismo de Hobson e Hobden. Ademais, é sempre interessante lembrar que a concepção de história de Foucault está pautada pelo estruturalismo francês de inspiração althusseriana (Honneth e Joas, 1989:150).

Finalmente, chega-se à última alternativa apontada pelos autores do manifesto da sociologia histórica ao ahistoricismo neo-realista: o realismo estrutural de Buzan e Little. Sua inclusão aqui entre as vertentes pós-estruturalistas justifica-se pelo fato de que trabalhar a estrutura não necessariamente significa recair em estruturalismo. O problema da ênfase na estrutura é o determinismo que advém da ênfase na continuidade. Apesar de compartilhar a epistemologia positiva com o realismo, Buzan propõe-se a analisar os sistemas internacionais a partir de sua lógica interior, de conceitos particulares determinados historicamente, fugindo do cronofetichismo e do tempocentrismo e apostando em uma concepção processual da história (Buzan &

Little 2001). Entretanto, ao submeter os processos internacionais à estrutura da anarquia, Buzan e Little recaem no ahistoricismo neo-realista de Waltz.

Embora apresente uma proposta clara de historicização já no momento de sua fundação, a Escola Inglesa mantém, no entanto, o uso instrumental da dimensão histórica característico das teorias internacionais. O caso da proposta inglesa, todavia, é diferente, uma vez que tal diagnóstico já fora feito no manifesto da escola ocorrendo um esforço teórico direcionado para a questão, sintetizado no conceito de sociedade internacional. Assim,

“The constructivist, historical and normative turns in IR all fit nicely into the English School approach. In turn, the English School offers (...) an ideal platform from which to build bridges to related discourses in History, Sociology and Law.” (Barry Buzan, 1999:11).

Tendo em vista a amplitude do projeto inglês, resumida acima na citação de Barry Buzan, compreende-se o esforço de boa parte da produção acadêmica atualmente em retomar as teses da Escola Inglesa, ora destacando sua semelhança ao construtivismo (Dunne,1998), ora ao pós-modernismo (Der Derian), ora valorizando o pluralismo metodológico (Buzan, Waever, Little, 1999).

Não obstante, diante da necessidade de desenvolvimento da dimensão temporal que possibilite à disciplina o aprofundamento das teorias com respeito às análises históricas, é preciso incorporar uma metodologia e uma ontologia também voltadas para este problema. Não basta apenas desenvolver um arcabouço teórico com base na sociologia e na política, como vem sendo constante nas discussões recentes entre construtivistas e pós-modernos. O que os assim chamados racionalistas em particular, e os reflexivistas em geral, não conseguem dar conta é do problema da historicidade, conforme ressaltado por Kratochwil e Ruggie, dentre outros.² Afinal, o foco do atual debate foi colocado na questão temporal, e não há como negar que o tempo é o elemento característico do objeto histórico, é de fato a razão de ser da disciplina. Portanto, se o diagnóstico é ahistoricismo parece sensato centrar direto a discussão no cerne do problema, ou seja, na historicidade.

² A referência a “racionalistas” aqui está pautada em uma dicotomia definida por Keohane em *“International Institutions: Two Approaches”* (1988), onde o autor associa realismo e neo-liberalismo ao racionalismo, e construtivismo e pós-modernismo ao reflexivismo. Não se pretende entrar aqui no mérito da definição, mas apenas utilizar uma nomenclatura comum.

1.4

Hegel e Relações Internacionais: as tentativas de incorporação.

A referência a Hegel entre as constantes taxonomias da disciplina é rara, senão inexistente. Ao localizar três tradições de pensamento sobre o internacional, Martin Wight refere-se à obra hegeliana ora como integrante da tradição realista (1966:19), ora como membro da tradição racionalista (1991:15). A relação dúbia que Wight estabelece com Hegel pode ser estendida de um modo geral à maioria da literatura de Relações Internacionais:

“A little later there looms up a pocket of fog, called Hegel, which makes it difficult for some time to know where the road [the Rationalist road] is and who is on it.” (Wight, 1991:15).

Assim, se atualmente o esforço de recuperação e inserção da dimensão histórica nos estudos teóricos de Relações Internacionais se mostra mais ativo, tendo em vista a obra de Buzan e Little (2000) e a coletânea de Hobson e Hobden (2002), o mesmo não acontece com relação à obra de Hegel. Nesse sentido, a disciplina de Relações Internacionais não acompanha o movimento de recuperação da tradição hegeliana iniciado nos anos 80 nas ciências sociais (Brown, 1992). Daí Andrew Linklater afirmar que *“...there is no distinctively Hegelian perspective on world politics in modern times.”* (Linklater, 1996:202).

De fato, Linklater, no artigo de onde fora retirada a citação acima, disserta sobre as proximidades entre a filosofia hegeliana e a tradição racionalista. Segundo Linklater, *“at times, Hegel could be mistaken for one of the leading lights of the British Committee on the Theory of International Politics.”* (1996:198). Mais precisamente, segundo Linklater, Hegel e a Escola Inglesa partilham a noção de centralidade do Estado nas Relações Internacionais e uma preocupação com o coeficiente ético nas relações políticas e humanas. Entretanto, esta contribuição do pensamento hegeliano para a proposta racionalista não foi percebida pelos principais expoentes desta tradição. Daí Linklater afirmar que *“the rationalists have failed to appreciate the contribution which Hegel’s writings can make to their enterprise.”* (Linklater, 1996:204).

O que se procura argumentar nesta dissertação é que a semelhança entre Hegel e a Escola Inglesa pode ser muito mais produtiva do que meramente a inclusão de mais um autor no rol de fontes racionalistas. De fato, as noções de sociedade internacional e *Sittlichkeit* são bem próximas, mas requerem uma rearticulação dos elementos que compõem a base teórica da Escola Inglesa. Aqui, a noção de cultura, conforme a conotação que assume no sistema hegeliano, é especialmente relevante, pois permite pensar normas e instituições, temas caros à tradição racionalista, de forma dinâmica.

De volta às teorias de Relações Internacionais, é possível observar algumas referências pontuais à tradição hegeliana. Com efeito, não se trata de uma total ausência da reflexão hegeliana em Relações Internacionais, mas ela se mantém marginal. Com exceção da abordagem pseudo-hegeliana de Francis Fukuyama e da discussão entre cosmopolitas e comunitaristas, em que o argumento central destes últimos se pauta na concepção de vida ética de Hegel, não há um esforço de retomada das principais teses hegelianas para uma reflexão teórica da esfera internacional.³

Apesar de reivindicar para si uma perspectiva hegeliana, a tese de Fukuyama do fim da história está muito mais próxima à idéia kantiana de paz perpétua do que à concepção dialética do processo histórico, conforme definida tanto na *Fenomenologia do Espírito* quanto na *Filosofia do Direito*. De fato, Fukuyama parece reinterpretar Kojève e não Hegel (Anderson, 1997).

É exatamente este esforço de recuperação da dimensão metodológica e ontológica da filosofia hegeliana, ausente da disciplina de Relações Internacionais, que precisa ser pensado como contribuição para a teoria de Relações Internacionais. Portanto, trazer de volta a reflexão metodológica e ontológica de Hegel para o campo internacional significa também repensar a dimensão histórica e normativa da teoria, colocando-a como elo, desta forma, entre os debates atuais da disciplina, a saber, o

³ Para crítica de Fukuyama, ver Perry Anderson *“O fim da História: de Hegel a Fukuyama”* (1992) e Linklater. “Hegel, the State and International Relations”. Para um exemplo de análise cosmopolita em Relações Internacionais, ver principalmente a obra de Linklater (1998). Para os comunitaristas, as análises de Chris Brown in Booth & Smith (1995) e in Wheeler & Dunne. Para visão mais ampla do debate cosmopolitas x comunitaristas, ver Brown (1992).

debate entre racionalistas e reflexivistas e o debate preocupado em superar o ahistoricismo dominante que pautou as teorias internacionais no século XX.

1.5

Estrutura da dissertação.

O trabalho está fundamentado em uma análise crítica da produção bibliográfica da Escola Inglesa, *vis à vis* seu projeto teórico, e conseqüente articulação com seus principais conceitos, a saber: a ordem e a sociedade internacional. Neste sentido, especial atenção será dedicada às obras de Hedley Bull, Adam Watson e Barry Buzan, posto que tais autores construíram suas reflexões com base nestes dois conceitos. Assim, o primeiro capítulo é inteiramente dedicado à análise crítica dos textos da Escola Inglesa, dando especial ênfase ao conceito de história utilizado pelos autores e sua vinculação ao conceito de sociedade internacional.

Portanto, o primeiro capítulo parte do diagnóstico feito por Martin Wight em 1966, onde se encontram os principais motivos que pautam a proposta inglesa para Relações Internacionais. Em seguida, procura-se avaliar a proposta da Escola Inglesa de historicização das Relações Internacionais. O que salta aos olhos nesta sessão é o inerente paradoxo em que se fecham as análises “ínglesas”, ao advogarem uma necessidade de historicização da disciplina e manterem uma ontologia e epistemologia fundamentadas na tradição jusnaturalista. Este paradoxo compromete as poucas tentativas de historicização de fato realizadas pelos autores. Assim, a sessão seguinte preocupa-se em analisar os conceitos de história inserido nas análises de Bull, Watson e Buzan. Finalmente, procura-se destacar a importância e o dinamismo que o conceito de sociedade internacional pode adquirir quando dotado de ontologia mais apropriada.

O segundo capítulo apresenta um estudo dos principais pontos da filosofia hegeliana, com especial ênfase na centralidade que a idéia de historicidade assume dentro do sistema hegeliano. Por se tratar de um estudo preocupado com o aspecto metodológico e ontológico da filosofia hegeliana, mas também vinculado à questão política – posto que se propõe a resgatar o elemento normativo para a crítica –,

especial ênfase será dada às análises da *Fenomenologia do Espírito*, da *Filosofia do Direito* e da *Filosofia da História*. Uma análise exaustiva destas obras é de vital importância, já que a produção em Relações Internacionais sobre Hegel é mínima.

Assim, inicia-se o capítulo com uma análise da questão central da filosofia hegeliana, isto é, a dialética do particular e do universal. Segue-se um breve exame da dimensão temporal em Hegel e como ela constitui a principal marca de sua reflexão. A partir daí, é possível avaliar os conceitos de História presentes em Hegel, tanto na *Fenomenologia do Espírito*, quanto na *Filosofia da História*. Por fim, a dimensão política da filosofia hegeliana ganha especial destaque por meio do estudo da *Filosofia do Direito*. É através do conceito de vida ética (*Sittlichkeit*) que Hegel reúne as dimensões da historicidade e do reconhecimento, elementos fundamentais para qualquer projeto de historicização da disciplina de Relações Internacionais.

Finalmente, no terceiro capítulo, busca-se estabelecer vínculos entre as duas tradições, que possam suprir a lacuna existente em Relações Internacionais, e mais especificamente na Escola Inglesa, relativa à dinâmica dos processos históricos. Assim, o terceiro capítulo constitui uma tentativa de associar sociedade internacional e reconhecimento, por meio do conceito de *Sittlichkeit*. A partir daí, torna-se possível uma crítica substantiva ao modelo de análise histórica proposto pela Escola Inglesa e sua reformulação em direção a uma ontologia da historicidade.

Nesse sentido, o terceiro e último capítulo inicia-se com uma análise mais detalhada do conceito de reconhecimento em Hegel, especialmente suas versões na *Fenomenologia do Espírito* e na *Filosofia do Direito*. Segue-se um exame do reconhecimento como instrumento metodológico, ou seja, como ele permite uma vinculação dinâmica entre agente e estrutura. A dimensão dinâmica da cultura como esfera comum ao reconhecimento e à sociedade internacional aparece em seguida. Nesta sessão, procura-se destacar o papel central que a dimensão da cultura assume para ambas as tradições. Entretanto, é preciso compreender as diferentes versões do conceito de cultura que vigoram na filosofia hegeliana e na Escola Inglesa. A partir daí, é possível criticar a proposta inglesa e apontar a incorporação do reconhecimento no conceito de sociedade internacional como uma necessidade de qualquer projeto de historicização. Isso implica, por fim, ir além do contratualismo, inerente às análises

das teorias de Relações Internacionais e advogar uma interpretação culturalista dos processos internacionais.

Finalmente, a conclusão procura ressaltar os principais pontos deste trabalho, chamando a atenção para a grande contribuição teórica que o pensamento hegeliano pode legar à teoria de Relações Internacionais. Considerando que o debate atual da disciplina está centrado em temas como história, intersubjetividade e ética, temas estes recorrentes na filosofia hegeliana, o resgate das obras de Hegel pode significar uma importante contribuição para o desenvolvimento da disciplina, em particular no que diz respeito à necessidade de historicização das análises.